

Para Marx, o trabalho é uma ação própria do homem, da natureza do homem. O resultado dessa ação é a transformação dos materiais disponíveis na natureza em algo útil para si. Ele pressupõe esse trabalho numa forma que pertence só ao homem, porque a sua ação é intuída, previamente planejada. "Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele aproveita, como jogo de suas própria forças físicas e espirituais"<sup>9</sup>. Nesse processo de trabalho, o homem efetua uma transformação no objeto de trabalho, que foi planejada desde o início. Esse processo de trabalho termina no produto a que deu origem. No produto acabado, o trabalho se uniu a seu objetivo e tem um valor de uso e é destinado a satisfazer às necessidades humanas para as quais foi produzido.

No processo de produção capitalista, o trabalho é a força produtiva que, combinada com os outros meios de produção, gera produtos com valor de uso, só que esse valor de uso é apropriado privadamente pelo capitalista, já que ele passou a ser o proprietário do resultado do trabalho incorporado a esses produtos no ato de compra da força de trabalho do trabalhador. Mas interessa ao capitalista que o produto resultante da combinação do trabalho e dos meios de produção, que colocou em movimento, tenha valor de uso e valor de troca, para que ele possa vender na forma de uma mercadoria. E, no ato de venda, interessa ao capitalista que ele consiga vender tal mercadoria por um valor que seja maior do que o capital que adiantou para comprar os meios de produção e a força de trabalho utilizados na produção dessa mercadoria. "Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia"<sup>10</sup>.

No modo de produção capitalista, o trabalho agrega valor ao produzir a mercadoria.

<sup>9</sup> MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Victor Civita, 1983. t. I, v. 1, p. 150.

<sup>10</sup> MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Victor Civita, 1983. v. I. p. 155.

Para Marx, é o trabalho acumulado que gera capital. E é esse trabalho acumulado que permite ao capitalista comandar trabalho, ou seja, comprar trabalho para poder explorá-lo e se apropriar do seu resultado.

Para Smith o trabalho é a medida real do valor de troca das mercadorias, para a troca por outros bens. É a quantidade de trabalho que foi empregado para a produção dessa mercadoria que determina o seu valor de troca. A quantidade de trabalho que essa mercadoria é capaz de comprar ou comandar é que determina o seu valor. Sendo assim, o preço real de cada mercadoria é a quantidade de trabalho que contém e a pena sofrida para consegui-la.

O que oscila para Smith não é o preço do trabalho, mas o das mercadorias. Entende que a maior ou menor facilidade de produzir essa mercadoria é que altera a relação de trocas, mas o preço do trabalho permanece constante. O que se pode comprar com a troca por bens, ou com dinheiro, é obtido pelo trabalho, da mesma forma que poderíamos obtê-los com o nosso trabalho. Então o valor real de cada coisa, segundo Smith, é o trabalho e o incômodo de que nos poupamos e podemos impor a outros.

Como o valor do salário é definido no contexto do modo de produção capitalista, com limite determinado pela taxa de lucro, o trabalho aparece de forma abstrata sob o capitalismo, porque o salário pago não é a medida real da quantidade de trabalho incorporado à mercadoria. O trabalho deixa de ser parâmetro de troca, e passa a ser comprado pelo seu valor nominal. Atualmente a quantificação do trabalho e do tempo necessário para produzir cada mercadoria torna-se mais difícil pela complexificação do processo de produção. Sabemos que essa mercadoria é produzida pelo trabalho, mas não conseguimos quantificar adequadamente esse trabalho. É essa abstração, essa não-mensuração do trabalho que leva o trabalhador a perceber apenas a mercadoria, mas não identificar nela o seu trabalho. A mercadoria sendo produzida para o mercado e não para o atendimento das necessidades imediatas impede que, na relação de troca, o trabalhador consiga ter parâmetros de comparação entre o trabalho que seria necessário para produzir aquele produto e o trabalho que estaria disposto a trocar por tal produto.

Torna-se cada vez mais difícil a quantificação do trabalho incorporado às mercadorias no processo de produção capitalista. Com a diminuição cada vez mais acentuada do tempo de trabalho necessário para produzir cada mercadoria, o trabalho "visível" é cada vez menos aparente devido aos aumentos continuados da produtividade do trabalho, o que não impede de ter-se a certeza de que a expropriação do trabalho continua acontecendo.

A divisão social do trabalho existe desde a sociedade primitiva. Sob o capital há a divisão capitalista do trabalho, que facilitou o processo de produção e aumentou a expropriação.

Sob o capital, a cooperação é a forma de trabalho em que muitos trabalhadores, de maneira planejada, trabalham lado a lado ajudando-se mutuamente, aumentando significativamente o produto final desse esforço conjunto. O resultado é maior pela rapidez com que as tarefas são executadas. Exemplificando: dez pedreiros removem um pilha de tijolos muito mais rapidamente, se formarem uma fila lado a lado e um for passando o tijolo ao outro até o novo local da fila do que se cada um pegar um tijolo e levar de uma pilha a outra. A cooperação diminui o custo do trabalho porque, isoladamente o tempo de trabalho dispensado para realizar determinada tarefa é maior do que o tempo de trabalho utilizado para fazer a mesma tarefa de maneira cooperada. O fato de o homem ser, por natureza, um animal social, facilita a organização e comando pelo capitalista do trabalho cooperado.

Na manufatura, os trabalhadores de ofício são reunidos em um mesmo local, comandados por um capitalista, e postos a trabalhar com o objetivo comum de produzir mercadorias que são o resultado da soma do trabalho e das habilidades de cada um postos lado a lado. Marx dá o exemplo da produção da carruagem. Os artífices individualmente produziam todas as partes de uma carruagem, executando todas as tarefas necessárias para tal construção, desde rodas, bancos, selas, etc. Na manufatura, são reunidos em um mesmo local e de acordo com a maior habilidade de cada um na execução de determinada tarefa, passa a exercê-la e só a ela. O mais habilidoso em pintura passa a fazer só pintura, o em serralharia passa a trabalhar só com as ferragens, etc. Isto faz com que, diferente de quando trabalhavam

autonomamente, passem a trabalhar continuamente na mesma tarefa, produzindo mais rapidamente um número maior de carruagens, sem perda de tempo com a necessidade de trocar de ferramentas.

Isto fez com que perdessem a destreza e a habilidade que tinham nas outras tarefas necessárias para produzir uma carruagem inteira. A divisão e parcialização das tarefas transformam a produção de carruagens num processo composto por diversas operações, específicas e individuais de cada um dos trabalhadores especializados, que agora, parciais, são reunidos para produzir.

Se na manufatura a habilidade e a destreza dos trabalhadores é que definiam o ritmo da produção, na indústria o desenvolvimento de novas ferramentas e máquinas utilizadas no processo de produção transforma o trabalhador em apêndice do processo de produção. São as máquinas que determinam o ritmo de trabalho, impondo ao trabalhador o aumento continuado da produção.

Para Adam Smith a divisão do trabalho contribuiu para uma maior habilidade e destreza dos trabalhadores na execução de suas tarefas. Isso aumentou a produtividade do trabalho, porque o dono do capital podia ter um controle maior da produção ao reunir os trabalhadores num mesmo local. Ao executar repetidas vezes a mesma tarefa, o trabalhador desenvolvia maior habilidade no manejo de seu instrumento de trabalho.

A observação continuada de sua tarefa permite ao trabalhador a criação de instrumentos e máquinas que diminuem a penosidade e reduzam o tempo de trabalho, e o uso permanente da mesma ferramenta possibilita que esse mesmo trabalhador, pela destreza adquirida, aumente a produção. A economia do tempo perdido na mudança de uma ferramenta para outra também é significativa. A especialização das ocupações e funções é cada vez maior na medida em que se desenvolve o processo de produção.

Para David Ricardo, além da divisão do trabalho e do conseqüente aumento de produtividade, o que vai diferenciar e favorecer os países nas relações de troca é a incorporação de tecnologia nos processos de produção. Para ele a necessidades de lavrar novas terras, cada vez mais distantes, como

forma de atender à demanda por alimentos, devido ao crescimento da população, os encarece. Isso provocaria o aumento do preço do trabalho, já que o trabalho era pago em cereais e o aumento do custo de produção dos cereais aumentaria os salários, provocando a redução da taxa de lucros. Defendia que as nações tinham que se concentrar na produção das mercadorias em que conseguiam uma produtividade maior do que a dos outros países. Produzir o que comparativamente necessitava de mais trabalho do que no outro país era prejuízo certo e atraso no desenvolvimento. Para ele o país que tivesse o controle de novas tecnologias, para incorporar nos processos de produção, teria um ganho muito grande no comércio exterior. Produziria com menos trabalho a mesma mercadoria produzida no outro país o que, no processo de trocas, garantiria vantagens ao país.

O exemplo a seguir caracteriza bem a divisão do trabalho que serve de base para as argumentações de Ricardo.

Se considerarmos um estágio da sociedade no qual grandes progressos já foram realizados, e no qual florescem as artes e o comércio, observaremos que valor das mercadorias também varia segundo este princípio: ao estimar o valor de troca das meias, por exemplo, descobriremos que o seu valor, comparado ao de outras coisas, depende da quantidade total de trabalho necessária para fabricá-las e lançá-las no mercado. Primeiro, há o trabalho necessário para cultivar a terra na qual cresce o algodão; segundo, o trabalho de levar o algodão ao lugar onde as meias são fabricadas — no que se inclui o trabalho de construção do barco no qual se faz o transporte e que é incluído no frete dos bens; terceiro o trabalho do fiandeiro e do tecelão; quarto, uma parte do trabalho do engenheiro, do fiandeiro e do carpinteiro que construíram os prédios e a maquinaria usada na produção; quinto, o trabalho do varejista e de muitos outros que não vem ao caso mencionar. A soma de todas essas várias espécies de trabalho determina a quantidade de outras coisas pelas quais as meias serão trocadas, enquanto a mesma consideração das várias quantidades de trabalho utilizado nesses outros bens determinará igualmente a porção deles que se dará em troca das meias.

... A redução na utilização de trabalho sempre reduz o valor relativo de uma mercadoria, seja tal redução realizada no trabalho necessário para produzir a própria mercadoria, seja no trabalho necessário para a formação do capital que contribui para a sua produção. Em ambos os casos, o preço das meias diminuiria, fosse por que se empregasse um número menor de homens no alvejamento, na fiação ou na tecelagem, na qualidade de operários diretamente necessários à sua produção; ou, como marinheiros, engenheiros e ferreiros, na qualidade de trabalhadores ligados mais indiretamente ao fabrico daquele produto <sup>11</sup>.

Para Ricardo é a quantidade de trabalho que determina o valor de troca

das mercadorias. Sustenta sua argumentação com o exemplo da produção de meias. Segundo ele o país que tem condições mais favoráveis na produção de determinada mercadoria terá vantagens nas relações de troca porque, ao produzir uma dada mercadoria com uma menor quantidade de trabalho, será favorecido na troca por outra mercadoria que, em outro país, necessitou de mais trabalho para ser produzida.

Para Marx, a divisão do trabalho aumentou a produtividade como resultado da intensificação do trabalho, que pode ser aumentada ainda mais pela adequação das ferramentas de trabalho, como ocorria na manufatura. Com a utilização de máquinas no processo de produção, o trabalhador passa a ser um apêndice, já que o ritmo do processo de produção não é mais dado pelo homem e sim pela máquina. O capitalista utiliza a máquina como meio de baratear o produto, no limite em que o custo de sua própria produção custe menos trabalho do que aquele que a máquina irá substituir; caso contrário, não haveria vantagem para ele. Isto quer dizer que, ao comprar a máquina, o capitalista paga o valor da força de trabalho aplicada e não o trabalho aplicado na produção da máquina.

A máquina, no entendimento de Marx, possibilita ao capital a utilização de forças de trabalho suplementares, na medida em que a força motriz do processo de produção não é mais a força física do homem. As forças de trabalho suplementares, agregadas ao processo de produção, são as mulheres e as crianças que facilitam a apropriação capitalista já que essa força de trabalho é mais flexível e mais barata.

O valor do trabalho é determinado pelo custo mínimo necessário à manutenção e sobrevivência do trabalhador individual e de sua família. Esse custo, transformado em mercadorias produzidas pelo trabalhador, representa uma pequena parte da jornada de trabalho. O que é produzido além desse mínimo necessário para repor ao capitalista o custo com a mão-de-obra é o lucro.

A utilização do trabalho de mulheres e crianças desvaloriza o valor do trabalho do homem, porque o custo do trabalho do homem diminui,

---

<sup>11</sup> RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. Op. cit., p. 50

proporcionalmente, na medida em que, ao utilizar o trabalho de mulheres e crianças, o capitalista tem a sua disposição um conjunto de forças de trabalho maior pelo mesmo custo do trabalho do homem que passa a ser dividido entre os membros de toda a família. Esse conjunto de forças de trabalho é capaz de produzir uma quantidade de mercadorias maior, mas o valor do trabalho continua sendo determinado pelo custo mínimo necessário para a manutenção do trabalhador e sua família, ou seja, o custo continua sendo igual ao trabalho do homem, mas o capitalista tem a sua disposição uma quantidade de força de trabalho maior ao utilizar o trabalho de mulheres e crianças pelo mesmo custo. A intensificação do trabalho se dá assim pela diminuição do custo da força de trabalho individual.

A máquina aumenta significativamente a produtividade do trabalho e diminui o tempo necessário para a produção de determinada mercadoria. Ao prolongar a jornada para além do tempo necessário, a máquina permite ao capitalista uma apropriação ainda maior do tempo de trabalho.

Os impactos da tecnologia se apresentam de maneira peculiar e diferenciada em cada um dos economistas estudados. Revela que cada um, a seu modo, percebe que a qualificação do trabalhador aliada ao aperfeiçoamento dos instrumentos/equipamentos de produção é capaz de trazer vantagens para quem detém o controle sobre o processo e a propriedade dos meios de produção.

Smith defende que a riqueza das nações depende de trabalhadores habilidosos e cada vez mais produtivos, sem se dar conta do que ocorrerá com o aumento continuado da produtividade do trabalho no que se refere aos impactos dessa produtividade para as condições de vida e de trabalho para os trabalhadores.

Para Ricardo isso não é suficiente, ele julga necessária a incorporação de novas tecnologias, como forma de obter vantagens no processo de troca com outras nações. Ao mesmo tempo, reconhece que esses avanços tecnológicos vão diminuir o número de trabalhadores empregados, não sabendo explicar o que acontecerá com eles.

Marx percebe e denuncia que, sob o modo de produção capitalista, os avanços serão utilizados para intensificar a exploração do trabalho, e que esse processo excluirá cada vez mais o homem da apropriação do resultado de seu trabalho, condenando-o à submissão e à miséria. Apresenta como alternativa a retomada pelo trabalhador do controle da propriedade dos meios de produção, num processo revolucionário, quando esses avanços se destinarem à produção de bens para satisfazer as necessidades imediatas e coletivas dos homens.

O trabalho hoje tem sido afetado cada vez mais pela incorporação dos avanços tecnológicos aos processos de produção, intensificando a exploração do trabalho e do trabalhador e reduzindo a limites nunca pensados o tempo necessário de cada jornada. A intensificação da exploração do trabalho se dá exigindo dos trabalhadores a execução de múltiplas tarefas, ampliando de maneira continuada e progressiva a produtividade do seu trabalho. A redução do tempo necessário para produzir as mercadorias pela incorporação de novas tecnologias ao processo de produção também aumenta a produtividade.

Essa pressão a que se vê submetido o trabalhador pelo aumento permanente de produtividade leva-o a atitudes egoístas e individualistas; assim, para se manter no emprego, ele deixa de participar de movimentos reivindicatórios e lutas de resistência coletiva à exploração de que é vítima. E eles não conseguem perceber que é justamente essa atitude individual que facilita a intensificação do trabalho, gera maior produtividade e expulsa o trabalhador do seu emprego.

A redução do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias tem levado alguns estudiosos a afirmar que o trabalho perdeu a *centralidade* enquanto categoria de análise do processo de produção capitalista. O que não é verdadeiro porque, por menor que seja o tempo de trabalho necessário e por mais sofisticado que seja o processo de produção, sempre será preciso recorrer ao trabalho para pôr em movimento tal processo.

### 1.3 A ATUALIDADE DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DE MARX E GRAMSCI

As propostas pedagógicas de Marx e Gramsci são alternativas concretas para se pensar um modelo de educação possível, como forma de alertar os que se submetem e aceitam esse modelo que aí está como inexorável.

Para Manacorda,

"O trabalho "subsume" os indivíduos sob uma determinada classe social, predestina-os, desse modo, de "indivíduos" a "membros de uma classe": Uma condição que apenas poderá ser eliminada através da superação da propriedade privada..."<sup>12</sup>

A formação do homem se dá pela ação positiva de sua atividade, através da manifestação de si, não como indivíduo abstrato ou singular, mas enquanto indivíduo social e concreto, em toda sua essência.

A educação do homem tem que ser no sentido de formá-lo enquanto todo, real e concreto. Sua formação tem que levar em consideração o desenvolvimento real da sociedade em que vive, na qual está contida sua práxis diária.

Não é possível a formação do homem total nas sociedades divididas em classes, em que cada classe tem sua moral particular, seu modo particular de comportamento, com normas de condutas diferenciadas para cada classe. A sociedade de classes impede ao homem um desenvolvimento completo e total nos seus saberes e de toda a sua capacidade produtiva; impede-o, também, de conseguir satisfazer por completo suas necessidades.

O homem total só será possível quando ele puder se desenvolver na sua totalidade, quando puder se apropriar da totalidade dos conhecimentos e das forças produtivas, de forma coletiva. Com a posse coletiva dessas forças produtivas, coletivamente viabilizará o desenvolvimento dos indivíduos, em sua totalidade, para que possam ser completos, totais.

Tendo como princípio "que não basta responder com uma teoria pedagógica e um sistema de educação que reintegrem de imediato essas

---

<sup>12</sup> MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**, Trad. de Newton Ramos de Oliveira. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1991, p. 45.

várias esferas (classes) divididas entre si; mas que, de qualquer maneira, pressupõem uma práxis educativa que, ligando-se ao desenvolvimento real da sociedade, realize a não separação dos homens em esferas alheias, estranhas umas às outras e contrastantes..."<sup>13</sup>.

Para Marx, organizar a escola que interessa aos trabalhadores não é tarefa pós-revolucionária, deve-se evitar todo o adiamento pessimista e omissivo de intervenção nesse setor. Marx reconhece que sob esse modo de produção não é possível organizar uma educação capaz de produzir o homem total, isso só é possível sob o comunismo. Para ele devem ser exploradas as contradições que permitam avanços, por pequenos que sejam, com críticas permanentes à educação fragmentada e parcializada da escola burguesa, porque não se pode confiar demais nas possibilidades revolucionárias de um sistema escolar frente à sociedade da qual é produto e parte. Alerta para o fato de que "não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina a sua consciência"<sup>14</sup>. São os homens vivos e não isolados nas suas ações concretas e reais do cotidiano, que modificam pela sua ação transformadora o seu entorno. São essas transformações reais, constantes e visíveis, e produto da ação do homem que determinam a sua consciência. Segundo Marx "considera-se a consciência unicamente como *sua* consciência"<sup>15</sup>, deste homem enquanto indivíduo vivo e determinado historicamente.

A educação é um instrumento de fortalecimento do poder da classe dominante na sociedade capitalista, porque reproduz e divulga a ideologia que interessa a essa classe como forma de manter o seu domínio. A educação na sociedade burguesa é utilizada como instrumento de adaptação e permanência das relações de poder existentes, garante aos que pertencem à classe dominante as vantagens e privilégios e adapta os trabalhadores e seus filhos às condições de exploração que reproduzem e favorecem a acumulação. (MARX e ENGELS, 1962) Para Marx, a superação desse modelo de educação de sociedade classista só será possível sob o comunismo. Ele só será

<sup>13</sup> MANACORDA, Mário Alighiero. Op. Cit., p.75.

<sup>14</sup> MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*, Lisboa: Editorial Presença, s/d, p.26.

<sup>15</sup> id., *ibid.*, p. 26

superado com a modificação no modo de produção e de organização social, e não com críticas intelectualistas e abstratas. As condições concretas para que isto aconteça dependem da crítica permanente do capitalismo, denunciando seus fundamentos e seu caráter excludente, através de uma ação real e prática no dia-a-dia, daqueles que querem construir uma nova sociedade.

O limite da ação sob o capital são as transformações no âmbito da escola, ensinando e compreendendo os mecanismos da sociedade capitalista, avolumando o processo de crítica permanente do modelo. Ao perceber o limite de alcance de ação sob o capital, Marx denuncia que não será o reformismo pedagógico que parece revolucionário e, muitas vezes substitui as correntes reacionárias da pedagogia burguesa, mas que não é diferente em seus fundamentos, que dará conta de mudar essa realidade. Serve apenas para satisfazer ilusoriamente as necessidades de crítica à realidade da educação burguesa, e o faz em nome do desenvolvimento humano. Não será esse reformismo, que se adapta e/ou modifica parcialmente a educação burguesa, que será capaz de construir a escola para os trabalhadores. (SUCHODOLSKI, 1976) O verdadeiro educador é aquele que ajuda os indivíduos a entender e perceber os limites da sociedade de classes. Que os liberta da sua "velha consciência", ajudando-os a superar os dogmas e as ideologias da classe dominante. O educador não será capaz de, sozinho, educar o homem para o processo revolucionário, mas certamente tem papel decisivo de impedir a reprodução da ideologia dominante, que submete a maioria ao processo de exploração e dominação (MARX, s/d).

Gramsci parte do mesmo entendimento de Marx de que a educação tem papel fundamental para que o trabalhador entenda a sua condição de explorado e porque é explorado e como se libertará dessa dominação. No entender de Gramsci, as escolas devem ser classistas, proletárias, do Partido do Trabalho. Defende também uma escola, uma formação e uma cultura que tenham um caráter amplo, que não se limitem ao indivíduo, mas sirvam para toda a coletividade. Gramsci não aceita a cultura abstrata, enciclopédica e burguesa que confunde a mente dos trabalhadores. Entende que a formação para o proletariado deve ter uma concepção de cultura organizativa, no sentido

de ajudar a disciplinar o eu interior; quando cada um toma posse da sua própria personalidade, conquistando uma consciência superior, quando então consegue compreender a si e o seu valor histórico; qual é sua tarefa na vida e aprende a exercer seus direitos e deveres. Mas esta cultura não será suficiente se não estiver acompanhada de uma reflexão inteligente, sobre o porquê de se encontrar nessa condição de explorado, e qual a melhor forma de o proletariado sair da condição de servidão e dar conta de organizar a revolução para conseguir implementar a reorganização e reconstrução social. Só de posse dessa formação e cultura desinteressada, mas classista e proletária, pode-se fazer a crítica ao modo de produção e à cultura capitalista. Assim estará sendo formada uma consciência unitária do proletariado, porque crítica é cultura e não evolução espontânea.

Gramsci defende a Escola do Trabalho num contexto socialista, de forma desinteressada, ampla, de longo alcance, enquanto os capitalistas e o estado burguês pensam a escola do trabalho de forma interesseira, como instrumento de reprodução de sua cultura abstrata e de seu modo de produção excludente, que condena os trabalhadores à eterna condição de servidão e de exclusão. Gramsci critica o projeto do governo italiano que, em 1916, propôs uma nova forma de organização da escola para atender às demandas da guerra. Esse novo modelo uniria a escola e a oficina de produção de munição e, para incentivá-la, o governo acenava com algumas *facilidades*, que eram: "isenção de impostos, facilitação nos exames e redução de programas escolares. Os professores, para não parecerem antipáticos, deverão abaixar a cabeça. ...A costumeira retórica está construindo a malha de prejuízos e de oportunismos na qual será sufocada a escola e com ela uma certa quantidade de jovens".<sup>16</sup> Triste coincidência com a atual proposta do governo brasileiro, que flexibiliza e desregulamenta a legislação para a constituição de novas escolas, oferecendo-lhes uma série de facilidades e isenções, ao mesmo tempo em que se exime de sua responsabilidade de garantir a educação

---

<sup>16</sup> NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre, RS: Editora Artes Médicas Sul, 1992. p. 16-17.

pública, universal e gratuita para todos. Para Gramsci, o governo italiano defendia a escola do emprego, sacrificando a escola do trabalho. A escola do trabalho, como já referido, é uma escola desinteressada, que ensina uma cultura ampla e coletiva. A proposta dos governos, italiano em 1916 e brasileiro hoje, impõe a escola burguesa, que é excludente e limitadora. A escola desinteressada, defendida por Gramsci, é aquela que permite ao homem adquirir conhecimento e critérios gerais para o desenvolvimento de seu caráter, uma escola que não condene os garotos a uma formação com início meio e fim já definidos e determinados como o faz a escola burguesa. Uma escola que seja acessível aos filhos do proletariado, em que estes tenham todas as condições e oportunidades de acesso a uma cultura que lhes dê condições de se realizar individualmente, quando poderão ser mais produtivos para si e para a coletividade. A escola e, especificamente, a escola profissional e/ou técnica, não pode ser uma máquina de reprodução de indivíduos mesquinhos, não por sua vontade, qualificados para um determinado ofício, sem cultura geral, sem alma e sem perspectivas, enquanto homens em sua individualidade e, muito menos enquanto o coletivo (NOSELLA, 1992).

A tarefa dos trabalhadores e de seus intelectuais orgânicos é, portanto, a de lutar pela viabilização de uma escola universal e pública, eliminando o caráter dual da escola burguesa que reproduz a sociedade de classes e a divisão social do trabalho, onde os trabalhadores recebem a educação profissional para exercer as atividades de produção, e as classes dominantes recebem educação humanista para exercer os cargos de dirigentes e intelectuais da sua classe.

Para alcançar e conquistar essa escola desinteressada e universal, é preciso ter claro que isso só será possível a partir da ação coletiva e organizada, já que é na esfera pública que ocorre concretamente a definição do tipo de Estado que será organizado e qual sua orientação em relação a definição do modelo de política educacional que será implementada. Para isso é preciso que se estabeleçam condições de disputa da hegemonia, como forma de garantir que as novas condições sociais alcançadas permitam de fato que a educação seja universal.

No Brasil, a adequação do sistema de ensino às exigências dos organismos multilaterais evidencia a subordinação do governo brasileiro a essas políticas excludentes do capital internacional. Não será a adequação às exigências impostas que elevará o Brasil à condição de país desenvolvido, pelo contrário, ficará condenado, sob a ótica capitalista, à eterna condição de país de economia dependente.

Essa situação evidencia que se perdeu, pelo menos por ora, a disputa do modelo de escola que interessa aos trabalhadores.

Diante dessa evidência, é necessário que se canalizem as energias, para que as ações em todos os fóruns e espaços em que se possa intervir, sejam no sentido de denunciar esse modelo que aí está, que é excludente. E certamente denunciar não basta, precisamos reunir forças suficientes para reverter essa ordem e esse modelo. Não de maneira retórica mas com práticas concretas e cotidianas, que demonstrem o acerto e a verdade histórica de uma escola universal, pública e gratuita.

Essas reformas e transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, que impactam diretamente na vida do trabalhador, nas condições de trabalho, na exigência por maior qualificação, na precarização das relações de trabalho, serão analisadas no próximo capítulo juntamente com os ajustes e reformas na educação que estão sendo implementadas no Brasil, como forma de adequar o sistema educacional às demandas e necessidades do processo produtivo.

## CAPITULO II

### AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS AJUSTES NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO

#### 2.1 OS IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO PARA TRABALHADORES E SEUS SINDICATOS

A atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista tem colocado diversos desafios aos trabalhadores e às suas representações de classe, os Sindicatos.

A "acumulação flexível",<sup>17</sup> identificada por processos de produção cambiável, que podem ser adaptados rapidamente para produzir novos tipos de produtos e atender a demandas específicas, pode ser representada por fábricas construídas em módulos, que podem ser desmontadas e remontadas em outro local e até em outro país. Requerem trabalhadores polivalentes e/ou multifuncionais, exercendo várias atividades e funções, realizando, ao mesmo tempo, tarefas que antes exigiam o esforço de dois ou mais trabalhadores. Essa nova forma de produção é diferente do processo de produção fordista, que tinha uma linha de produção fixa, rígida e estruturada para um determinado produto, e não podia ser modificada. Seus trabalhadores tinham funções fixas, específicas e repetitivas. O atual estágio de produção, que está substituindo o processo de produção fordista, se sustenta em mudanças na organização do trabalho e em novas tecnologias que garantam a reprodução do capital, e taxa de lucro suficiente para remunerar o capital investido.

O desemprego crescente, que acirra cada vez mais a disputa por uma vaga, com exigências cada vez maiores de novas habilidades dos trabalhadores para que possam se inserir num processo de trabalho que a cada dia exige desse trabalhador maior flexibilidade na execução de múltiplas tarefas coloca em xeque a capacidade dos Sindicatos de apresentar

---

<sup>17</sup> HARVEY, D. A condição pós-moderna. In ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo SP. Editora Cortez. 3ª ed. 1995. p.16.

alternativas factíveis de enfrentamento e solução dos problemas que se apresentam.

O estágio atual do modo de produção capitalista, denominado acumulação flexível, ou reestruturação produtiva, e que seria mais corretamente chamado de desestruturação social, tem aprofundado o processo de exclusão a que estão condenados os trabalhadores sob o capital.

O processo de reestruturação tem aprofundado a segmentação do mercado de trabalho e a precarização das condições de trabalho para os trabalhadores do chamado núcleo duro das empresas, que são aqueles com maior tempo de serviço, que passaram dos quarenta anos de idade e com maior escolaridade; isto ocorre também para os trabalhadores que têm seus contratos de trabalho terceirizados e para os desempregados (POCHMANN, 1998).

No Brasil, os novos processos de gestão e organização do trabalho, pela incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, têm possibilitado um expressivo aumento no índice de produtividade e a redução de custos, em detrimento da elevação do nível de emprego.

O processo de globalização da economia, aliado ao processo de reestruturação produtiva, provocou o fechamento de um grande número de empresas, conseqüência da concentração de capitais, uma necessidade do capitalismo.

Com a queda da taxa de lucro, cresce o mínimo de capital que o capitalista precisa ter em mãos para o emprego produtivo do trabalho; mínimo necessário tanto para sua exploração em geral, quanto para que o tempo de trabalho empregado seja o tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias, para que não ultrapasse a média do tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias. E, simultaneamente cresce a concentração, pois, além de certos limites, um capital grande com pequena taxa de lucro acumula mais rapidamente do que um capital pequeno com taxa grande. Essa concentração crescente provoca, por sua vez, em certo nível, nova queda da taxa de lucros <sup>18</sup>.

Realimenta, desta forma, a concentração de capitais.

---

<sup>18</sup>MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Victor Civita, v III, Tomo 1, 1984. p.189

Muitas empresas brasileiras, como é o caso da Metal Leve, um dos símbolos e marcos do processo de industrialização no Brasil, ao ver suas taxas de lucro diminuírem, venderam-nas a grandes grupos multinacionais, por não suportar a concorrência de grandes empresas, cujo volume de capitais investidos permite um retorno mais rápido do que o conseguido por empresas com pequenos capitais.

Esse processo de fechamento de empresas, ou a sua incorporação por grandes grupos multinacionais, provoca uma acentuada desestruturação no mercado de trabalho no país, causando o desassalariamento da mão-de-obra, altas taxas de desemprego e a precarização das relações de trabalho.

Os trabalhadores não organizados, que prestam serviços a pequenas empresas, sem registro, em ocupações por conta própria (camelôs, biscateiros, etc.), vêm aumentando sua participação no universo de trabalhadores ocupados, e elevando a taxa de trabalhadores com relações de trabalho precarizadas. Já os trabalhadores organizados, que trabalham em grandes empresas, embora registrados e tenham um leque de proteções incluídas no contrato de trabalho, vêm continuamente restringida a sua participação no número dos trabalhadores ocupados (POCHMANN, 1998).

Essa forma de precarização dos empregos mostra a heterogeneidade das relações entre capital e trabalho e a convivência entre as formas mais modernas de relações de trabalho, representadas de um lado por empresas informatizadas que implantam processos de gestão tendo por base a necessidade de trabalhadores cada vez mais qualificados, para cumprir tarefas a serem executadas por grupos de trabalhadores semi-autônomos, as chamadas células de produção; na outra extremidade estão as formas tradicionais de trabalho, com relações de trabalho sem proteção, representadas por trabalho escravo, trabalho infantil e ocupações sem rendimento.

Essas contradições que permeiam a forma de organização da produção e as relações de trabalho também ocorrem com grande impacto nas entidades sindicais que representam os trabalhadores.

Segundo Antunes, sem entender e apreender a dimensão das transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho e suas

conseqüências, os dirigentes e, por conseqüência, os sindicatos, ficam na defensiva. O impacto dessa nova forma de organizar a produção põe em desespero os trabalhadores diante da perspectiva do desemprego. A pressão do capital dificulta uma reação. Como não percebem a dimensão e o alcance desse processo, os sindicatos prendem-se a questões de sobrevivência do dia-a-dia, perdem a dimensão da luta de classes, restringindo as negociações à manutenção dos empregos e, na maioria das vezes, abrindo mão de várias conquistas alcançadas anteriormente, com a ilusão de que com tal posicionamento conseguem garantir o emprego dos seus representados. Abandonam seus projetos anticapitalistas e de transformação social, inserindo-se cada vez mais na lógica do capital, aceitando os limites da acomodação nos marcos da social democracia. A agenda passa a ser a defesa dos incluídos, ou seja, dos ainda empregados. Os patrões cada vez mais restringem as negociações em âmbito da empresa a segmentos mais restritos dentro dos ramos de produção, como é o caso do setor metalúrgico, no qual anteriormente as negociações e acordos abrangiam todos os trabalhadores do ramo, depois passaram a contemplar setores. Exemplo: auto-peças. Esse processo coloca os sindicatos em situação defensiva, numa situação que cada vez mais limita as possibilidades de reação dos trabalhadores (ANTUNES 1995).

O abandono das lutas pela transformação social e a aceitação das condições impostas pelo capital tornam-se o marco dentro do qual o movimento sindical passa a atuar. O corporativismo passa a ditar os limites em que a maioria das ações sindicais se desenvolve. A falta de perspectivas e a não-busca de alternativas dentro do marco da transformação social leva os sindicatos a agir dentro da institucionalidade, a participar de fóruns tripartites, nos quais, na maioria das vezes, são meros legitimadores da implementação de políticas que substituem a igualdade pela equidade, facilitando a exclusão de uma parcela cada vez maior da população.

Ao adotar esse tipo de postura os sindicatos e, por conseqüência, os trabalhadores ficam em uma posição defensiva, o que os impede de antever as conseqüências desse processo. Nesse quadro se consolida o objetivo neoliberal de tornar os sindicatos parceiros e atores funcionais da ordem capitalista. ... Acuadas pelo impacto desmobilizador da crise, pelo acirramento

do caráter seletivo e discriminatório das políticas de contratação e pelo avanço do discurso integrador do novo modelo da gestão empresarial, as organizações sindicais vêm redefinindo suas estratégias políticas e aceitando a participar de processos e fóruns colegiados de administração. ...O campo da negociação aparece, nesse contexto, como o recurso a ser privilegiado, aceitando-se compartilhar compromissos e deixando à margem, com isto, a busca do incentivo da mobilização social. ...as dificuldades na promoção do embate conduzem o sindicalismo ao paritarismo, como forma de manter-se na cena política e de intervir, mesmo que de maneira periférica, no debate a respeito dos rumos da regulação do trabalho e da formação profissional <sup>19</sup>.

O exemplo das câmaras setoriais reforça o abandono da concepção da luta de classes, do projeto socialista e anticapitalista, e a aceitação dos marcos da nova ordem econômica mundial, no qual moderno é aceitar o acordo e a conciliação, concepções que estão dentro de um projeto maior de "ideário e prática social democrata"<sup>20</sup> mesmo que isto signifique a exclusão de muitos, prática que abandona os trabalhadores à própria sorte( ANTUNES 1995).

Nesse cenário de economia globalizada, produção flexível, descrito no início do capítulo, os sindicatos não conseguem reagir, pelo contrário, inserem-se, adequam-se à nova ordem do capital. Além de não conseguir organizar alternativas de enfrentamento dentro de uma concepção de classe, os sindicatos sofrem os reflexos desse novo paradigma de produção que provoca a redução e/ou extinção de muitos postos de trabalho, a precarização das relações de trabalho pela terceirização e a contratação por tempo limitado. A diminuição do número de sindicalizados é consequência direta dessa nova situação. Isto provoca um enfraquecimento ainda maior dos sindicatos, diminuindo a sua representatividade e seu poder de mobilização, afetando fortemente, também, o volume de arrecadação, o ponto mais sensível dos sindicatos. Ao optar pela via institucional e pela representação dos trabalhadores com carteira assinada, os sindicatos deixam sem representação um enorme contingente de desempregados e excluídos.

---

<sup>19</sup> FIDALGO, F. **A formação profissional negociada: França e Brasil, anos 90.** Mimeo Artigo apresentado na ANPED/99 com elementos conclusivos da Tese de Doutorado defendida em 11 de março de 1999 na PUC/SP sob orientação do Prof. Dr. Celso João Ferretti. PUC - SP, 1999. Tese de doutorado. Pg. 3

<sup>20</sup> ANTUNES, Ricardo. **Op. Cit.** p. 152

As políticas de qualificação e/ou requalificação de trabalhadores implementadas pelos sindicatos de trabalhadores, de alguma maneira estão minimizando o abandono a que foram condenados os desempregados. Minimizam no sentido de representá-los, e ilusoriamente incluí-los, na medida em que viabilizam o acesso desses trabalhadores a cursos de qualificação/requalificação. Mas isto ocorre de forma subordinada aos interesses do capital, reforçando a constatação, feita por Antunes, de que os sindicatos abandonaram as lutas anticapitalistas e de transformação social (ANTUNES, 1995).

Para facilitar a compreensão do porquê dessas políticas de qualificação e requalificação e de como estão subordinadas ao projeto capitalista, é preciso compreender, também, as reformas educacionais que estão sendo implementadas no Brasil.

## 2.2 OS AJUSTES NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL

No atual estágio de desenvolvimento capitalista, os organismos multilaterais têm seus papéis redefinidos, entre estes o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), etc. Com suas prerrogativas de agentes de intermediação de empréstimos, passam a impor, como contrapartida à liberação dos recursos, a implementação e adoção de reformas que atendam à nova fase de acumulação capitalista buscando facilitar-lhe os meios para perpetuar políticas de subordinação. Em outras palavras, são agentes de consolidação, em nível global, do processo de acumulação flexível.

Numa economia globalizada, com mudanças rápidas e contínuas em termos econômicos e tecnológicos, os países em desenvolvimento, não tendo poupança interna suficiente, vêm-se obrigados a captar recursos externos para financiar o seu desenvolvimento, e essa dependência os submete aos ditames dos países ricos, que detêm os recursos de que aqueles países necessitam.

Dentre as mudanças impostas pela atual fase de acumulação capitalista, uma das que mais têm trazido reflexos é a necessidade de os trabalhadores realizarem múltiplas funções, uma imposição do aumento da concorrência, que exige uma jornada de trabalho sem os chamados "poros", como forma de ocupar integralmente o tempo em que o trabalhador fica à disposição da empresa, com o objetivo de aumentar a produtividade e o lucro, o que, por conseqüência, diminui o número de trabalhadores empregados.

As reformas educacionais têm sido implementadas no sentido de reestruturar o sistema de ensino, com o objetivo de preparar trabalhadores com o perfil que atenda às necessidades impostas pelo sistema produtivo.

No Brasil, as políticas educacionais e de qualificação profissional sofreram modificações importantes a partir dos anos 80. Nessas mudanças é possível notar uma grande semelhança entre o que se está adotando no Brasil e o que é sugerido pelos organismos multilaterais, que defendem uma educação diferenciada para os trabalhadores com níveis de atendimento bem definidos.

Não é por acaso que as pesquisas realizadas no Brasil apontam para a tendência à polarização das competências, através de um sistema educacional que articule formação e demanda, de tal modo que à grande maioria da população assegure-se no máximo acesso à educação básica, fundamental e média, e mesmo assim a longo prazo, para que possa exercer alguma tarefa produtiva na informalidade ou tarefas precarizadas no mercado formal<sup>21</sup>

Passaram-se a priorizar os investimentos na educação geral (básica fundamental e média), sendo este o limite da prioridade do governo, e o único compromisso: oferecer educação geral até a 8ª série para a massa de trabalhadores, aliada à educação profissional de uma maneira aligeirada para que a grande maioria da população se limite ao acesso a uma ocupação informal, já que com essa formação não terão competência para candidatar-se a um emprego formal. Isto é implementado num processo de repartição de responsabilidades entre União, Estados e Municípios, mas continua sob

---

<sup>21</sup> KUENZER, Acácia Z. Educação Profissional: Categorias para uma Nova Pedagogia do Trabalho. in: **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 25, maio/ago. 1999. p. 21.

28581/2008

controle do governo federal a definição das políticas de educação para o ensino fundamental (KUENZER, 1999).

"A oferta de educação científico-tecnológica mais avançada fica restrita a um pequeno número de trabalhadores, e assim mesmo, de forma hierarquizada através de níveis crescentes de complexidade que vão do pós-médio à pós-graduação"<sup>22</sup>.

Para esse grupo de trabalhadores são destinados os poucos e bons empregos, em detrimento da grande massa de excluídos que deve se limitar à ocupação de empregos precarizados e, mesmo estes, dificilmente são encontrados.

O Banco Mundial defende que os governos se ocupem da educação fundamental e, nos outros níveis, afunile cada vez mais o acesso, delegando o atendimento para o ensino privado.

Essa orientação do Banco Mundial está em consonância com a globalização econômica, que prega uma racionalização no uso de recursos, redução do financiamento pelo Estado das políticas sociais e concentração de esforços no sentido de organizar a educação de forma flexível para atender, a cada momento e, de acordo com suas necessidades, o sistema produtivo. Coincidência ou não, o processo de privatização, imposição também do Banco Mundial e do FMI, tem provocado um acelerado processo de desnacionalização das economias, não fugindo à regra o Brasil.

Essa nova fase da economia capitalista necessita do que passou a ser chamado de desenvolvimento sustentado, ou seja, garantias de lucratividade para os capitais multinacionais aplicados nos países em desenvolvimento, através de investimentos diretos, comprando empresas privadas e estatais, via processo de privatização, ou através de investimentos indiretos, na forma de empréstimos através do Banco Mundial e do FMI. Para se obter essa lucratividade são necessárias algumas condições, entre elas uma mão-de-obra qualificada, preferencialmente dentro do perfil e com a flexibilidade e multifuncionalidade que o mercado requer em tempos de acumulação flexível.

---

<sup>22</sup> KUENZER, Acácia Z. Educação Profissional: p. 21

A educação passa a ser analisada pela lógica do custo/benefício, como querem os organismos multilaterais. Os governos são orientados a reduzir seus gastos com as escolas técnicas e com o ensino superior, porque tais investimentos ofereceriam pouco retorno, na medida em que o crescimento econômico desses países não consegue garantir emprego para tantos trabalhadores qualificados. Sobre as Escolas Técnicas, manifesta-se Cláudio de Moura Castro, Consultor do Banco Mundial:

“Em alguns estados menos industrializados, passaram mesmo a serem escolas cooptadas pelas elites locais... passaram a ser caminhos privilegiados para o vestibular... Ora, faz pouco sentido ensinar Máquinas e Motores a custos elevadíssimos a quem nada mais quer do que passar no vestibular de Direito”<sup>23</sup>

O Banco Mundial, segundo Kuenzer, formula suas orientações para a educação no Brasil a partir de um raciocínio discriminatório, porém simples. Para o Banco

... ensino superior não é para todos, mas sim para dirigentes e técnicos de alto nível, para o que se exigem estudantes bem preparados pela educação primária e secundária, cujos egressos devem ser *rigorosamente selecionados*, premiando os que sejam realmente competentes”... Para o Banco “... e para boa parte de políticos, dirigentes e mesmo muitos intelectuais brasileiros, a “competência” é um atributo biológico ou até mesmo divino, que não tem nada a ver com as condições econômicas, sociais, culturais na determinação das formas de produção, sistematização e divulgação do conhecimento<sup>24</sup>.

Para o Banco Mundial “competência para o ensino superior não é um atributo universal”<sup>25</sup> e, no seu entendimento, o governo deve redefinir seu papel de financiador da educação pública. Melhor seria que esses recursos fossem utilizados para subsidiar escolas técnicas privadas, que qualificariam trabalhadores com o perfil definido pelos empregadores e dentro da demanda por eles definida.

<sup>23</sup> KUENZER, Acácia Z. O ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p. 59.

<sup>24</sup> KUENZER, Acácia Z. *Op. Cit.*, p. 68 e 69

<sup>25</sup> KUENZER, Acácia Z. *Op. Cit.*, p. 69

Os governos devem, segundo o Banco Mundial, subsidiar os empregadores que oferecem cursos de qualificação a seus trabalhadores, mesmo que a educação oferecida seja com o objetivo específico de treinar esses trabalhadores para exercer tarefas específicas para esse empregador. O subsídio viria através de bolsas de estudo, descontos nos impostos a pagar, etc.

O novo papel do governo em relação à educação deve ser no sentido de

... investir prioritariamente no ensino fundamental, cuja taxa de rentabilidade dos investimentos com relação à redução da pobreza é mais alta; em seguida investir no ensino médio e continuar investindo apenas o necessário no ensino superior, orientando-se para que o financiamento seja mais eqüitativo e eficaz em função dos custos, de modo que os níveis primário e secundário possam merecer mais atenção, como resultado da progressiva privatização do 3º grau

<sup>26</sup>

As Escolas Técnicas como hoje são constituídas, segundo o Banco Mundial, não cumprem seu papel. Têm objetivos distintos daqueles de formar mão-de-obra para a produção, portanto, devem mudar para um modelo semelhante ao com o modelo adotado na Inglaterra, de escola técnica que oferece qualificação por módulos. O trabalhador não faz um curso regular, escolhe algumas qualificações que deseja receber e freqüenta as aulas. Cumprida a carga horária, recebe certificação da qualificação, que pode ser um módulo de carpinteiro, outro de mecânico de automóvel, etc.

Seguindo orientações do Banco Mundial, em alguns países, como o Egito, os governos adotam políticas contencionistas, "forçando" os jovens a matricularem-se em escolas técnicas, como forma de desviar suas aspirações de cursar uma faculdade, desobrigando assim o governo, de oferecer vagas em maior quantidade no ensino superior (BANCO MUNDIAL, 1992).

Para o Banco Mundial, a desregulamentação das condições necessárias para a constituição de escolas privadas de qualificação deve ser prioridade do governo, como forma de permitir a proliferação do maior número possível dessas escolas que, diferente da forma como o governo trabalha a questão, funcionarão dentro de critérios que levem em consideração o custo/benefício,

---

<sup>26</sup> KUENZER, Acácia Z. *Op. Cit.*, p. 69

bastando para isto que tenham a "liberdade" de fixar livremente suas taxas de matrícula e mensalidades. O governo teria a singela tarefa de evitar práticas abusivas por parte dessas escolas. "Ao ter seu foco na lógica do mercado, a educação profissionalizante não conseguirá conter a pressão para acesso ao 3º grau"<sup>27</sup>.

Considerando que a inserção dos países em desenvolvimento no processo de globalização se dá de uma forma subordinada, é necessário considerar que algumas das precondições impostas a esses países, pelos organismos multilaterais, têm por objetivo facilitar a acumulação capitalista e, por conseqüência, impor condições de comércio bilateral, que facilitem a realização de margens de lucro, já não possíveis nos países dos quais provêm tais capitais.

A realização dos lucros necessita de condições mais favoráveis e vantajosas em relação às existentes nos chamados países centrais, que expatriam seu capital para locais onde as condições lhes sejam mais propícias.

As taxas de desemprego crescentes em todos os países, mesmo que setoriais, demonstram que o desemprego e a exclusão são condições inerentes ao modo de produção capitalista. Mostram que, estar ou não empregado na sociedade capitalista não depende do grau de escolarização e da qualificação dos trabalhadores, como quer nos fazer acreditar o governo brasileiro. Não fosse isso verdadeiro, como se explicam as elevadas taxas de desemprego entre os jovens e a população de meia-idade na grande maioria dos países desenvolvidos, que já universalizaram a educação até o equivalente ao segundo grau e, em muitos casos, mais de 60% já têm acesso ao ensino superior. Mesmo com esse nível de acesso à educação e à qualificação profissional, os trabalhadores dos países desenvolvidos enfrentam taxas de desemprego maiores do que muitos países em desenvolvimento.

Na sociedade capitalista, a diminuição dos postos de trabalho são uma conseqüência do modo de produção, já que os avanços tecnológicos e os ganhos de produtividade que, aumentam o tempo livre dos trabalhadores, são apropriados privadamente em detrimento do coletivo e, ao contrário de libertar,

---

<sup>27</sup> KUENZER, Acácia Z. O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no

condenam os trabalhadores à miséria e acentuam a exploração e a exclusão. Os defensores da doutrina liberal dizem que é o mercado que regula tudo, portanto, se houver emprego para todos, não será o nível de qualificação ou de educação que determinará quem tem ou não emprego.

A forma capitalista de produção diante da impossibilidade de garantir emprego a todos, transfere para o indivíduo o ônus do seu desemprego, inculcando em seu subconsciente que está desempregado por falta de qualificação e cria a falsa expectativa de que se qualificando, se incluirá novamente no mercado de trabalho. Isto induz o trabalhador a atitudes individualistas e egoístas, inviabilizando sobremaneira a possibilidade dos trabalhadores reagirem coletivamente contrariamente a essa situação.

O falso discurso da empregabilidade passou a ser a palavra de ordem, sendo definida como a capacidade de se obter um emprego e manter-se nesse emprego atualizando-se e qualificando-se permanentemente como forma de acompanhar e adaptar-se às constantes mudanças no mundo do trabalho.

O trabalhador multifuncional impõe-se por exigência do modo capitalista de produção, que precisa cada vez mais aumentar a produtividade dos que ainda estão empregados para poder manter a apropriação da mais-valia, relativa e absoluta, em taxas suficientes para remunerar o capital.

Ao perceber que o emprego é a sua única forma de vida sob o capital, o trabalhador vai lutar desesperadamente pelo emprego, e para ele não importa que o vizinho morra, é o seu limite. Como estão iludidos pelo discurso da qualificação e da empregabilidade, os trabalhadores cobram dos seus sindicatos a implementação de cursos de qualificação e requalificação.

Os dirigentes sindicais, ao não perceberem o engodo contido no discurso da burguesia, assimilam as cobranças dos trabalhadores oferecendo cursos de qualificação e requalificação profissional.

Perdem assim dirigentes e trabalhadores a perspectiva da luta de classes, favorecendo e potencializando a luta intraclasses. Porque é isso que está ocorrendo.

Um breve resgate histórico indicará os pressupostos que determinaram, a cada período, as políticas educacionais dos sindicatos.

### CAPITULO III

## OS SINDICATOS DE TRABALHADORES E SUAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO NO BRASIL

### 3.1 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO<sup>28</sup>

Na história do movimento sindical brasileiro, as políticas de formação foram implementadas, visando a um melhor modo de organizar os trabalhadores, a partir do que os dirigentes sindicais entendiam por formação em cada período. Com a dinâmica e características peculiares do movimento de trabalhadores, as políticas de formação foram sendo modificadas e alteradas, influenciadas pelas tendências e grupos políticos que estavam na direção do movimento sindical, e que tiveram sua formação e militância inicial em grupos com as mais diversas orientações políticas, sendo mais atuantes os conservadores, os revolucionários, os religiosos e os reformistas. Os conservadores eram influenciados pela igreja católica; os revolucionários, por partidos políticos como o Partido Comunista (PC) e o Partido Comunista do Brasil (PcdoB); os religiosos, pelo clero progressista da igreja católica, que se organizavam sob siglas como JUC (Juventude Católica), JOC (Juventude Operária Católica), etc., e os reformistas, organizados e influenciados por entidades financiadas pelos patrões e por organismos internacionais, como o IADESIL (Instituto Americano para o Desenvolvimento de um Sindicato Livre), financiado pelo governo americano.

Com o golpe militar de 1964, a maioria dos sindicatos que promoviam formação política foi reprimida pelos militares, sofreram intervenção e seus dirigentes foram perseguidos politicamente, à exceção daqueles que estavam comprometidos ou se comprometeram em defender as políticas de interesse dos patrões e dos militares. A repressão ao movimento sindical de

---

<sup>28</sup> Elaborado com base no documento - **Curso de Formação de Dirigentes de Base** - Projeto Alicerce - da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Florianópolis, SC.: Escola Sul, 1999 além de outras fontes conforme citações.

trabalhadores foi muito forte em todo o país, e as atividades de formação política eram e são consideradas pelos militares atos subversivos. Mesmo sob a ameaça de serem presos, muitos continuaram seus cursos de formação política, como foi o caso do grupo de oposição sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, com uma proposta política revolucionária, passou a fazer cursos de formação na clandestinidade, normalmente em igrejas, sob a proteção de padres progressistas. Enquanto isso, outros sindicatos se submeteram e/ou foram submetidos pelos militares e, passaram a oferecer cursos supletivos de 1º e 2º graus, cursos regulares de 1º e 2º graus e cursos vocacionais pré-profissionalizantes, o que se intensifica no período do chamado "milagre brasileiro" dos anos 70, quando os sindicatos de trabalhadores e patronais, na sua grande maioria, tornam-se apêndices do Estado, colocando-se no papel deste e oferecendo educação regular para seus associados e dependentes. Com o crescimento do movimento de trabalhadores do ABC paulista no final dos anos 70, fica latente a necessidade de retomar os cursos de formação para formar politicamente militantes de base e também para formar e qualificar os novos dirigentes que surgem por conta do movimento operário no ABC. Era necessário, então, que os sindicatos desenvolvessem atividades de formação voltadas para os seus militantes, para organizar a luta dos trabalhadores. Mas a substituição do ensino supletivo e regular pelo ensino de formação política não acontecem de uma forma tranqüila; a grande maioria dos sindicatos de trabalhadores, em todo o país, estava presa a práticas assistencialistas, como oferecer serviços de educação regular e supletiva, de assistência médica e ambulatorial e, em alguns casos, hospitalar, de barbearia, de cabeleireiro, etc. Mudar esse perfil para muitos sindicatos significaria abrir mão de gordos subsídios que recebiam do governo via convênios para financiar seus cursos de educação regular e, em alguns casos de cursos profissionalizantes. Exemplo: curso de torneiro mecânico oferecido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e custeio de serviços de assistência médico-hospitalar. Essa situação era agravada pelo fato de muitos sindicatos, em alguns casos devido à repressão e, em outros, por opção, terem abandonado a política de filiação de novos sócios, o que diminuiu

o volume de arrecadação. A sustentação financeira desses sindicatos estava sendo viabilizada através dos subsídios repassados por de convênios com o governo conforme relatado anteriormente. Com a pressão em assembléias, grupos de oposição e militantes de base, passam a defender a necessidade de mudança no perfil de atuação dos sindicatos, apresentam como proposta a intensificação das políticas de formação e o fim das práticas assistencialistas. A pressão surte efeito em alguns sindicatos e isto de fato aconteceu. Ao mesmo tempo em que acontecem esses cursos de formação via congressos, seminários, debates, palestras, etc., com o objetivo claro de organizar os trabalhadores e desatrelar os sindicatos da influência do Estado e dos patrões, dando-lhes autonomia política e ideológica, os reformistas se organizam para fazer o contraponto a essa nova proposta político-formativa, e oferecem cursos também de formação, inclusive com intercâmbio com outros países, como Estados Unidos, através da IADESIL, com o objetivo claro de cooptação dos trabalhadores na defesa da sociedade capitalista, enquanto os sindicatos progressistas, em seus cursos, defendiam concepções anticapitalistas e formavam seus militantes na defesa de uma sociedade socialista.

Diferente do que acontecia com os processos de formação antes de 64, que eram destinados quase que exclusivamente aos dirigentes sindicais, nessa nova fase, principalmente no final dos anos 70, e inicialmente no ABC paulista, os cursos de formação são organizados com o objetivo de formar também os trabalhadores da base, ou seja, aqueles que não estão na direção dos Sindicatos.

Essa nova proposta de formação política dos trabalhadores vem influenciada pela situação política existente no país, causada pelo golpe militar de 64. O modelo de desenvolvimento continuado pelos militares reforça o modelo de sociedade de classes, o que facilita o debate político e fortalece o discurso dos trabalhadores denunciando a exclusão e a concentração de renda.

O processo de repressão, perseguição e prisão de militantes e líderes dos trabalhadores deixou clara a necessidade de os trabalhadores se

organizarem, como forma de se defender do arbítrio e também para ver atendidas suas reivindicações.

Os programas de formação, autônomos em relação ao Estado e aos patrões, mas atrelados e subordinados aos projetos políticos ideológicos das facções e/ou grupos que estavam na direção dos sindicatos, buscam explicar para os trabalhadores os seus direitos e de que forma podem alcançá-los.

A chamada "abertura política", adotada pelos militares a partir de 1978, na direção do que se chamou de processo lento e gradual de "abertura democrática", fez com que os grupos políticos, tornassem mais explícitas suas posições e propostas político-ideológicas, provocando com isso disputas internas em vários sindicatos e o rompimento entre os chamados velhos e novos dirigentes, estes com propostas de rompimento com o modelo de sindicato tutelado pelo governo. Os novos dirigentes, considerados radicais, passam a influenciar de maneira decisiva o conteúdo dos cursos de formação política, dando-lhes um caráter ideológico e classista.

As novas políticas e projetos de formação dos sindicatos de trabalhadores privilegiam a formação político-ideológica de dirigentes e militantes, como forma de ampliar a capacidade de organização política, dos sindicatos. Esses projetos de formação, idealizados pelos sindicatos, num primeiro momento, raras vezes conseguiam transpor o âmbito da área de influência do próprio sindicato, devido a aspectos corporativos e à fragmentação dos trabalhadores em categorias diferenciadas, resultado do modelo de organização sindical imposto por Getúlio Vargas, com o claro objetivo de fragilizar a luta dos trabalhadores.

As práticas educativas possibilitaram aos sindicatos de trabalhadores, mesmo que de forma fragmentada, converterem-se em importantes sujeitos de organização coletiva, para a defesa de direitos dos trabalhadores e, por conseqüência, da coletividade.

A organização de movimentos reivindicatórios por categorias e/ou locais de trabalho constituíram-se em importantes ações para a construção da identidade coletiva. Quanto mais ampliada fosse a ação formativa dos

sindicatos, tanto maior era a participação dos trabalhadores de sua base representativa.

Denominadas de formação política, educação sindical, ou simplesmente de formação, essas práticas educativas programadas, na forma de seminários, cursos, plenárias de formação, tinham o objetivo de construir e alavancar projetos políticos e de organização dos trabalhadores. O desenvolvimento dessas práticas estavam obrigatoriamente atrelados a enfoques subordinados a esses projetos políticos.

O movimento operário brasileiro, em sua história mais recente, a partir do processo de renovação iniciado em 78/79, no ABC paulista, com as greves de metalúrgicos, adota uma postura de chamar para os sindicatos os processos de formação política dos trabalhadores. Esses projetos de formação foram organizados para atender às demandas organizacionais de diferentes categorias de trabalhadores e as diferentes concepções e/ou correntes político-ideológicas existentes dentro do movimento sindical.

As divergências entre as novas lideranças surgidas no ABC paulista e os antigos dirigentes se acentuam. Isso intensifica a implementação dos projetos de políticas de formação, como forma de divulgação e viabilização das propostas políticas defendidas em cada um desses segmentos. Os novos dirigentes propõem uma política de enfrentamento aos patrões, como forma de melhorar e garantir os direitos dos trabalhadores, enquanto os antigos dirigentes defendem a solução pela via da negociação e conciliação de interesses. As divergências se aprofundam e, como consequência, há o rompimento entre os dois grupos. Na divisão, os chamados novos dirigentes se organizam e criam a CUT, em 1983, enquanto os antigos se organizam na Conclat. As Centrais Sindicais são fatos novos no movimento sindical brasileiro, por se tratar de Centrais, com representação em nível nacional.

A CUT surge com uma proposta ideologicamente mais definida, no que se refere à organização dos trabalhadores. Adota posições de enfrentamento aos patrões, organizando os trabalhadores em seus locais de trabalho, e coordenando grandes greves. Defendia a autonomia dos sindicatos em relação ao Estado.

A partir de 1985, inicialmente na CUT, passam a fazer parte da estrutura organizativa das Centrais Sindicais, as diretorias de formação, que organizam e implementam projetos de formação; na CGT ( ex Conclat) o mesmo ocorre a partir de 1986. A CGT se divide em 1989, dando origem à CGT e à Força Sindical, que também adotam políticas de formação para atender aos seus projetos políticos.

Segundo Antunes, a Força Sindical vem para ocupar o campo sindical de direita, que defende a preservação da ordem, a conformação com o modelo de sociedade sob o capital e a inserção subordinada do Brasil na economia globalizada, e dependente tecnologicamente. Tem como palavra de ordem um "sindicalismo de resultado". Defende a conciliação de classes, fazendo acordos e alianças com os patrões, independentemente de que estes acordos e seus resultados signifiquem a fragilização dos trabalhadores. Critica o atrelamento ideológico de esquerda, do movimento sindical brasileiro, ao mesmo tempo em que se alia com a direita (ANTUNES 1995).

Toda Central têm sua política de formação, mas cada uma, conformando essa política às suas orientações político-ideológicas, que são diferentes.

Essas políticas de formação passam a dividir com a qualificação profissional as preocupações dos dirigentes sindicais, no âmbito do que pode ser chamado de ação educativa dos sindicatos de trabalhadores. Antes de entrar na análise do que é essa ação educativa dos sindicatos, faz-se necessário verificar como a representação dos trabalhadores brasileiros percebe e que leitura faz das transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho.

Para além dessas transformações, que não ocorrem por acaso, já que são implementadas por vontade e necessidade das acomodações e rearranjos do capitalismo, seus desdobramentos impactam de várias maneiras a vida daqueles que vivem do trabalho, principalmente nas condições de trabalho e nas políticas de educação adotadas para os trabalhadores.

### 3.2 AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO

A partir de meados da década de 90, as Centrais Sindicais e os sindicatos filiados incorporam à sua política de formação, também políticas de qualificação e/ou requalificação de mão-de-obra, uns mais outros menos, influenciados pelo chamado processo de globalização da economia e pela implementação das políticas neoliberais no Brasil a partir do governo Collor. A influência toma corpo a partir do discurso da necessidade de qualificação dos trabalhadores, como forma de os produtos fabricados no Brasil ganharem competitividade no mercado externo. Para o país ganhar competitividade, segundo a política econômica adotada, seria necessário produzir com melhor qualidade e com uma produtividade maior, para o que seriam necessários trabalhadores mais qualificados e mais produtivos (DIEESE, 1999).

Com a abertura econômica, produtos estrangeiros, mais baratos, invadiram o mercado brasileiro, o que provocou o fechamento de muitas empresas brasileiras e, por consequência, o desemprego de seus trabalhadores.

Os sindicatos pressionaram o governo para adotar políticas de proteção ao emprego. O governo respondeu que não poderia fazer isso, porque o Brasil precisava se inserir no mercado globalizado e que a forma de manter o emprego seriam trabalhadores melhor qualificados e mais produtivos. Para alcançar esse grau de qualificação para os trabalhadores brasileiros, o governo propôs através do "Ministério do Trabalho e coordenado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, o Programa Nacional de Qualificação e Requalificação de Trabalhadores"<sup>29</sup>, "financiado com recursos do Fundo de Amparo aos Trabalhadores – FAT, cujas receitas têm origem nas contribuições do PIS (Programa de Integração Social), do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), parte da Contribuição Sindical, imposto compulsório descontado de um dia de salário de todos os

---

<sup>29</sup> KUENZER, Acácia Z. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997. p. 53

trabalhadores, verbas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e verbas de impostos cobrados sobre operações financeiras" <sup>30</sup>.

O FAT é administrado por um conselho tripartite, composto por governo, empresários e trabalhadores.<sup>31</sup> O programa de qualificação é implementado a partir de convênios com o governo, via Ministério do Trabalho, e consiste em cursos oferecidos por entidades governamentais, instituições de ensino, em nível federal, estadual e municipal, entidades de classe de trabalhadores e de empresários, com o objetivo de qualificar os trabalhadores para que sejam, mais qualificados e mais produtivos.

Muitos sindicatos de trabalhadores e/ou suas Centrais Sindicais, apresentam projetos de qualificação e/ou requalificação de trabalhadores, que são aprovados nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais do Trabalho, dependendo do âmbito de representação da entidade. Com seus projetos aprovados, esses sindicatos passam a ter acesso a recursos financeiros, que possibilitam a oferta de cursos de qualificação e/ou requalificação profissional dos trabalhadores (BORGES, 2000).

Mas esse programa de qualificação e/ou requalificação de mão-de-obra não acontece, como inicialmente se poderia imaginar, para atender somente à demanda por trabalhadores mais qualificados. Essa proposta atende, e está inserida num projeto maior de conformação e adequação dos países, à atual etapa do modo de produção capitalista, denominada acumulação flexível, que, via Banco Mundial, FMI e BID impõe reformas que facilitem o avanço das chamadas políticas de mercado. Entre as reformas impostas para o Brasil, a da educação é uma das mais agressivas, e tem por objetivo desobrigar o Estado da sua responsabilidade pela educação, transferindo às instituições de ensino privadas, na lógica da economia de mercado, a oferta da educação. Segundo Borges, de forma enviesada e através de projetos de conformação da educação e da formação profissional às demandas da produção, o governo, via fóruns tripartites, busca e aparentemente consegue cooptar os sindicatos como parceiros na execução desses projetos. A participação dos sindicatos

---

<sup>30</sup>BORGES, Altamiro. FAT: formação ou atrelamento ao estado? *Debate Sindical*, São Paulo, ano 13, n. 32, dez/99/jan/fev/2000. p. 28

<sup>31</sup> BORGES, Altamiro. *Op. cit.*, p.28

de trabalhadores nos conselhos tripartites dá legitimidade perante os trabalhadores e sociedade na aprovação e, em alguns casos, também na execução das políticas de qualificação e requalificação profissional. (BORGES,2000)

## CAPÍTULO IV

### A AÇÃO EDUCATIVA DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES

Neste capítulo, o objetivo é desenvolver e discutir os resultados da pesquisa documental e empírica realizada. A pesquisa documental foi realizada em documentos, textos, boletins, periódicos, revistas, resoluções de congressos, plenárias e seminários produzidos pelas centrais sindicais CUT e Força Sindical e pelas confederações respectivas a que estão filiados os sindicatos pesquisados, um filiado à Força Sindical e o outro à CUT.

A pesquisa documental mostrou as propostas e projetos defendidos, por cada um dos dois segmentos de maior representação do movimento sindical no Brasil. Nesses documentos<sup>32</sup> foi possível perceber a partir de que pressupostos os sindicatos passam a implementar os cursos de qualificação/requalificação de trabalhadores. A pesquisa documental já bastaria para responder os objetivos gerais e específicos propostos.

A pesquisa empírica com os membros da estrutura diretiva dos sindicatos: presidentes e secretários de formação; com os professores/monitores dos cursos de formação profissional dos sindicatos e, com trabalhadores que freqüentaram os cursos, confirma os objetivos e propostas defendidas pelas centrais sindicais, confederações em seus programas de qualificação a serem implementados pelos seus filiados, os sindicatos de trabalhadores pesquisados. Antes de apresentar esses resultados, é importante explicitar os procedimentos metodológicos da pesquisa empírica.

A análise foi desenvolvida fazendo-se a interlocução das informações da pesquisa documental e da pesquisa empírica, sustentadas pela pesquisa bibliográfica.

---

<sup>32</sup> A pesquisa foi feita em documentos publicados pela CUT e Força Sindical, listados na bibliografia. Tal leitura subsidiou a elaboração do texto do subitem 4.2 do Capítulo 4, apoiado por outras leituras conforme as fontes citadas.

#### 4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada é um estudo qualitativo, tendo como foco de investigação a ação educativa de dois sindicatos de trabalhadores: um de Curitiba e outro de Ponta Grossa, diante das novas demandas de qualificação e requalificação profissional causadas pela reestruturação capitalista.

Justifica-se a escolha da abordagem qualitativa porque a coleta de dados é enriquecida pela possibilidade do contato direto com o objeto de pesquisa. O pesquisador percebe um maior número de elementos que compõe o ambiente facilitando a compreensão do objeto estudado. Questões aparentemente simples podem ser essenciais para melhor compreender o que está sendo estudado.

A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador, ao estudar um determinado problema, verificar como ele se manifesta cotidianamente nas atividades e procedimentos a que está afeto (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). Na pesquisa qualitativa, o processo de coleta de informações tem uma importância às vezes maior do que o produto que dela resulta. Ao considerar os diferentes ângulos e pontos de vista sobre o objeto pesquisado, pode-se captar como os informantes vêem o problema, a partir de uma perspectiva individual. A pesquisa qualitativa "ao considerar os diferentes pontos de vista dos informantes, permite iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessíveis ao observador externo".<sup>33</sup>

As informações e dados foram coletados através de entrevistas gravadas face a face e escritas, ambas, com roteiro sem-estruturado, além de conversas informais. Optou-se pela gravação das entrevistas como forma de garantir uma maior autenticidade das falas, e evitar os possíveis vícios de interpretação na hora das anotações.

O trabalho desenvolveu-se inicialmente verificando se os sindicatos desenvolviam políticas de qualificação e/ou requalificação de trabalhadores; confirmada a existência dessas políticas no âmbito desses sindicatos,

---

<sup>33</sup> LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, SP, 1986, pg. 12

estabeleceu-se um primeiro contato via telefone, seguido de visita aos dirigentes sindicais e aos responsáveis pelas políticas de formação dos sindicatos e, em seguida, aos locais onde os cursos seriam ministrados. Após essa aproximação inicial, deu-se início às entrevistas, de quatro dirigentes sindicais (dois presidentes de sindicatos e dois secretários de formação), quatro monitores (dois de cada sindicato) e seis egressos dos cursos de qualificação (três de cada sindicato).

O que determinou a delimitação da pesquisa aos sindicatos pesquisados foi o fato de serem sindicatos que já há algum tempo haviam implementado políticas de qualificação/requalificação profissional, e por serem de um ramo de atividade que tem sofrido com mais intensidade o desemprego causado pelo processo de reestruturação produtiva.

Por terem confederações de representação nacional, rapidamente esses programas de qualificação foram sendo implementados em vários Estados e também nos sindicatos pesquisados. O acúmulo de experiência, na lógica em que se propunham fazer a qualificação/requalificação profissional, influenciou também a escolha, já que seria possível perceber de forma mais acabada, a concepção e resultados obtidos.

Outro critério definidor da escolha foi o fato de serem sindicatos do mesmo ramo de atividade, ligados a centrais Sindicais com projetos e concepções políticas diferentes. O sindicato **A**, filiado à Força Sindical e o sindicato **B**, filiado à Central Única dos Trabalhadores - CUT. Para a realidade estadual, o com sede em Curitiba, considerado grande e, o com sede em Ponta Grossa, médio; o que permite avaliar os pontos comuns e divergentes, e verificar com que objetivos esses sindicatos implementaram suas políticas de qualificação.

Além disso, estão localizados em cidades com características diferentes, um na capital e outro em cidade de porte médio, sendo também diferenciados o nível de desenvolvimento econômico, o mercado de trabalho e as demandas por mão-de-obra.

QUADRO 1 CARACTERIZAÇÃO DOS SINDICATOS

DESCRIÇÃO	SINDICATO A	SINDICATO B
Central Sindical	Força Sindical	Central Única dos Trabalhadores - CUT
Trabalhadores na Base:	Há 10anos: 45.000 Há 5 anos: 30.000 Há 3 anos: 32.000 Há 1 ano: 36.000 Atualmente: 40.000	Há 10anos: não informado Há 5 anos: 5.500 Há 3 anos: 4.500 Há 1 ano: 4.300 Atualmente: 4.000
Grau de Escolaridade dos Trabalhadores da Base	1º. Grau: 75% 2º. Grau: 10% Curso Técnico: 5%	1º. Grau: 47% 2º. Grau: 20% Curso Técnico: 30% 3º. Grau: 2% Pós-Graduação: 1%
Trabalhadores da Base	Homens: 95% Mulheres: 5%	Homens: 95% Mulheres: 5%
Renda Média dos Trabalhadores da Base	R\$ 600,00	R\$ 350,00

FONTE: Pesquisa de Campo - dados de agosto de 1999

As entrevistas foram feitas a partir de roteiro estruturado (Anexo I), com questionários idênticos aplicados aos presidentes, secretários de formação e monitores; aos trabalhadores egressos dos cursos foi aplicado outro questionário (Anexo II). Os questionários da pesquisa contemplam informações que não foram tratadas na análise, porque serão tratadas no âmbito de uma pesquisa maior, coordenada pelo Núcleo de Pesquisas do Setor de Educação da UFPR. As entrevistas foram gravadas em áudio, com a permissão dos entrevistados, sendo identificados conforme as siglas no quadro abaixo:

QUADRO 2 SIGLAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

DESCRIÇÃO	SIGLAS DE IDENTIF.
Presidente do Sindicato A	Pres.A
Presidente do Sindicato B	Pres.B
Secretário de Formação do Sindicato A	SecF.A
Secretário de Formação do Sindicato B	SecF.B
Monitor 1 do Sindicato A	M1.A
Monitor 2 do Sindicato A	M2.A
Monitor 1 do Sindicato B	M1.B
Monitor 2 do Sindicato B	M2.B
Aluno 1 do Sindicato A	AL1A
Aluno 2 do Sindicato A	AL2A
Aluno 3 do Sindicato A	AL3A
Aluno 1 do Sindicato B	AL1B
Aluno 2 do Sindicato B	AL2B
Aluno 3 do Sindicato B	AL3B

#### 4.2 REFERENCIAIS DOS SINDICATOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

É a partir das novas exigências impostas aos trabalhadores, no atual estágio de acumulação capitalista, que o movimento sindical passa a debater o seu papel em relação às políticas de formação profissional.

As políticas de qualificação da mão-de-obra se inserem no rol daquelas políticas que perderam o caráter universal, ao se tornarem específicas no atendimento de demandas pontuais do capital. O processo de globalização da economia tem provocado a flexibilização e a eliminação de direitos sociais conquistados na longa história de lutas dos trabalhadores. Novas dimensões foram acrescentadas ao conflito trabalho/capital, ao provocar o surgimento de novas categorias de excluídos, pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, gerando um grande e crescente contingente de desempregados, tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento.

Com esse enorme rol de exigências impostas ao trabalhador, a atual fase do processo de acumulação precariza as condições de trabalho, apresentando uma nova realidade que foge da dimensão mais comum da sociedade capitalista, de classificar os trabalhadores em categorias gerais de incluídos ou excluídos do processo de produção. Na sua fase neoliberal, o capitalismo modifica a forma de inserção dos trabalhadores no processo produtivo. Essa inserção passa a ser definida de forma pontual e individualizada a partir das demandas e prioridades do grande capital financeiro internacional, que se sobrepôs ao chamado capital produtivo, na definição dos investimentos na sociedade capitalista (CASTEL1998).

A desigualdade é substituída pela exclusão social. As bandeiras da luta pelo fim das desigualdades econômicas e sociais foi substituída pela luta pela inclusão social, já que agora é preciso primeiro incluir os trabalhadores para depois lutar contra as desigualdades a que estão submetidos. As demandas pontuais do capital financeiro alteram a formulação das políticas públicas, e estas passam também a ser definidas para atender a demandas específicas de grupos e/ou segmentos como: trabalhadores que precisam ser qualificados

e/ou requalificados, trabalhadores qualificados em profissões específicas, negros e mulheres. As políticas públicas deixam de ter um caráter universal e passam a ser definidas para atender clientelas específicas, incorporando, como é característico das políticas neoliberais, um caráter de exclusão, já que, segundo os liberais, infelizmente alguns irão sobrar porque não se pode incluir a todos.

A implementação desse tipo de política é facilitada pela concordância das entidades organizadas da sociedade em compor os fóruns de gerenciamento dessas políticas, normalmente tripartites (governo, empresários e trabalhadores) através de suas representações de classe, nas quais começa a construção de consensos, que dão um caráter de legitimidade ao processo de exclusão, amortecendo as reações ao aprofundamento da exclusão.

A partir desse cenário, o movimento sindical passa a implementar políticas de qualificação/requalificação de mão-de-obra.

As principais centrais sindicais do Brasil, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e FS (Força Sindical) e seus sindicatos filiados, cada um dos segmentos em seu campo ideológico, têm entendimento diferentes acerca do papel do movimento sindical em relação às políticas de qualificação e requalificação dos trabalhadores.

Concordam que ocorreu e está ocorrendo uma grande mudança nas relações entre trabalho e capital, mas só conseguem visualizar uma das dimensões, na forma do desemprego crescente, sem entretanto se dar conta da extensão e significado dessas mudanças ( SecF.A) e (FS 1993).

"Nós começamos a trabalhar com qualificação e requalificação, desde 94 no nosso sindicato, pela necessidade do trabalhador que está empregado se manter na empresa e aquele que está desempregado com o desemprego crescente se habilitar para disputar um posto de trabalho. Nós aqui no sindicato, nós achava que formação profissional tinha que ser obrigação só da indústria, esse é um pensamento errado. Então nós achamos que hoje, formação profissional tem que ser de interesse de todo mundo, do próprio trabalhador para ele se qualificar e manter o emprego, da entidade sindical que representa o trabalhador, porque muitas entidades sindicais representam o trabalhador enquanto ele é sócio e é empregado. Isso nós achamos um erro, porque o trabalhador tem que ser representado também quando ele está desempregado, porque é uma hora em que ele necessita. Formação profissional tem que ser responsabilidade do patrão, do empresário, porque o trabalhador mais qualificado ele vai gerar mais qualidade, mais produtividade, enfim o empresário irá lucrar. Se o empresário irá lucrar não pode ficar apenas o estado, ou sindicato, ou trabalhador, eu acho que quando se fala de formação profissional qualificação e requalificação, toda a sociedade tem que

estar em comum acordo porque quanto mais qualificado nós formos melhor para a nação e para o país" (SecF.A).

A Força Sindical e seus sindicatos filiados concordam que o número de trabalhadores empregados está diminuindo e as condições de trabalho estão mais difíceis. Aceitam que isso está sendo motivado pela falta de qualificação do trabalhador brasileiro, e que é o momento de se qualificar e ir em busca das oportunidades. Concordam que se exija dos trabalhadores maior qualificação, porque isto aumenta a sua produtividade e os lucros dos patrões e, assim o patrão ganhando mais, vai poder pagar mais aos seus empregados (FS, 1993).

"A FS propõe que a política de formação deva ser construída como um espaço capaz de favorecer a colaboração entre as classes sociais, contribuindo, dessa forma, para a adaptação dos trabalhadores aos novos tempos. A formação profissional, segundo esta organização, deveria estimular o desenvolvimento das competências adequadas aos novos desafios do sistema produtivo. Para isto o sistema deve ser mais flexível e capaz de encurtar o tempo entre a identificação das necessidades de formação e a sua execução"<sup>34</sup>.

A CUT e seus sindicatos entendem que a situação de desemprego é fruto de uma política econômica equivocada que aceita a lógica neoliberal, provoca a recessão e o não-crescimento econômico, mas também concordam que a saída se encontra na qualificação dos trabalhadores como forma de mantê-los empregados. Defendem que os cursos de qualificação e requalificação são um espaço privilegiado para politizar os trabalhadores, oferecendo a eles noções de cidadania e de seus direitos como cidadão (CUT, 1995).

"Veja bem nós tínhamos uma demanda muito forte já que hoje o mercado de trabalho mudou completamente. Nasceu em S. Paulo ... o programa de qualificação e requalificação profissional e educação profissional, já que nesse programa também consta o ensino fundamental, de 1º grau. ... Eu acho que (educação e qualificação) é uma função principal do Estado junto com a própria empresa, que a nível do ponto de vista social tem que estar formando os trabalhadores. Mas infelizmente nós estamos assumindo também essa responsabilidade, porque o Estado não está dando conta ou não quer fazer esse tipo de política de qualificação e requalificação profissional para o trabalhador, muito menos os nossos empresários, que são de uma forma conservadora, também não tem interesse, estão disputando o mercado de trabalho o mercado do capitalismo e esqueceram completamente, o trabalhador virou mero material

<sup>34</sup> FIDALGO, F. A formação profissional negociada: França e Brasil, anos 90. PUC- SP, 1999. Tese de doutorado. pg. 146.

descartável nesse processo. O Sindicato vem dando exemplo pro Estado e pro setor empresarial, como deve ser tratado essa questão e todos ganham com isso. Eu acho que tem uma discussão que eu sou favorável dentro da Central, dentro do Sindicato, mesmo a gente entendendo que ... Há uma diferenciação nesse Programa, que é a intervenção nas políticas públicas a disputa da hegemonia na sociedade, de transformação realmente. O trabalhador não vem aqui só, porque não é somente uma sala de aula, isso é um resgate da cidadania, é uma questão de criar um ser crítico, autônomo e não dependente, um interventor social que ele começa a perceber que ele é muito importante na sociedade e que ele pode mudar tudo isto que está aí" (SecF.B).

"A CUT propõe que a política de formação profissional deva ter caráter público, a fim de que possibilite a integração efetiva da educação geral com a educação técnico-profissional. Para a implementação dessa política, segundo esta organização, seria necessária a construção de Centros Públicos de Ensino Profissional, entendidos como espaços para a formação de trabalhadores competentes e politicamente comprometidos com a luta pela transformação da sociedade.

A proposta de criação de Centros Públicos de Ensino Profissional é assumida pelo conjunto das organizações sindicais... " <sup>35</sup>.

Nos dois casos, cada um, a partir da leitura que faz da situação, não percebe o problema como sendo de natureza estrutural, intrínseco ao modo de produção capitalista. Ao defenderem a criação dos Centros Públicos de Ensino Profissional, reforçam as políticas de natureza conjuntural. A pressão provocada pelas demandas conjunturais, da necessidade de melhorar o nível de educação e de qualificação dos trabalhadores, fez com que as organizações de trabalhadores assumissem a responsabilidade por uma tarefa que não é sua, ao oferecerem cursos de ensino de 1º grau e de qualificação para os trabalhadores, contribuindo para uma formação fragmentada destes, permitindo que estejam à disposição do capital, cada vez mais qualificados e produtivos (FS, 1998) (FIDALGO, 1999).

A partir dessa leitura, esses dois setores de maior representação no movimento sindical brasileiro orientam suas ações, sempre dentro da ordem capitalista, objetivando fazer valer seus pontos de vista, mas que, na realidade, não alteram os rumos, as conseqüências e o aprofundamento desse processo de exclusão, causados pelas novas formas de organização da produção (ANTUNES, 1995).

"A Central fez uma pesquisa no segundo semestre de 98 e no primeiro semestre de

<sup>35</sup> FIDALGO, F. *Op. cit.*, p. 146.

99, uma pesquisa no Estado, onde nós começamos a ver os nichos de mercado, o mercado de trabalho crescente, mesmo estando estagnado nós conseguimos fazer uma pesquisa, para ver que mercado de trabalho é crescente, nós temos cidade por exemplo aonde não tem curso para metalúrgico, Guarapuava só tem curso de informática, S.J. dos Pinhais está fazendo curso de informática, matemática básica, medição e desenho nós detectamos qual é a formação da cidade" (Pres.A).

O Sindicato A orienta suas ações numa atitude de conformismo passivo. Define sua estratégia de formação a partir de pressupostos puramente mercantilistas, na lógica imposta pelo capital. Pelo comentário se percebe facilmente que o que define da oferta dos cursos não são estratégias de organização dos trabalhadores na busca de mudanças do modelo de Estado que aí está. O que define sua ação são as demandas do capital, o que aceitam e tentam tirar resultados mesmo que sejam imediatos (FS, 1998).

O Sindicato B tem uma ação mais crítica da situação, denunciando as consequências da reestruturação produtiva, buscando negociações de alternativas para o problema (CUT, 1995).

Essas ações e o modo de intervenção dos sindicatos, frente a essa situação na maioria das vezes não consegue ir além disso, ou seja, de serem instrumentos de conformação ao atendimento das novas demandas da reestruturação produtiva, processo que intensifica a exploração do trabalho. A FS acredita que a demanda por trabalhadores mais qualificados tem sido acompanhada por uma elevação no nível médio dos salários; portanto, elevar o nível de qualificação dos trabalhadores é fundamental como forma de garantir a sua empregabilidade (FIDALGO, 1999).

"a tônica do discurso é o da adaptação do trabalhador aos novos tempos. A formação profissional deveria oferecer a estes os requerimentos operacionais e cognitivos capazes de lhes garantir o desenvolvimento de suas capacidades de criatividade, iniciativa e cooperação"<sup>36</sup>

Para a CUT, as transformações no mundo do trabalho exigem um trabalhador com maiores conhecimentos e que seja capaz de executar várias tarefas, mas isso não significa necessariamente uma melhoria nas condições de trabalho e renda, e o que ocorre na realidade é uma intensificação da

---

<sup>36</sup> FIDALGO, F. *Op. cit.*, p. 149

exploração do trabalho. Na verdade, trabalhadores mais qualificados na ótica empresarial seriam aqueles com um perfil mais dócil, confiáveis, motivados e integrados às metas e valores da empresa (FIDALGO 1999).

Ao incentivar a participação dos trabalhadores através de seus sindicatos, no que passou a se chamar de gestão paritária de fundos públicos, o governo na verdade estaria seguindo uma tendência "orquestrada pelos organismos internacionais"<sup>37</sup> de revestir esses fóruns colegiados de um viés democrático, como forma de buscar consensos, que serviriam como amortecedores para os conflitos históricos, existentes numa sociedade de classes.

Segundo Fidalgo ao participar de gestões paritárias de fundos públicos que financiam as políticas de qualificação dos trabalhadores, os sindicatos passam a legitimar, indiretamente, o processo de intensificação da exploração do trabalho, característica indissociável da atual fase do desenvolvimento capitalista, já que a implementação dessas políticas foi negociada com os sindicatos e/ou suas centrais sindicais.

Mesmo com ações diferentes frente ao processo de desemprego, os sindicatos acabam por coincidir em outros aspectos ao buscar e negociar a participação nos fóruns com gestões paritárias - entre Estado, empresários e trabalhadores - das políticas de formação de trabalhadores, o que tem produzido uma série de consensos entre estes e mesmo entre as centrais às quais estão filiados. Um desses consensos é o de que a maior qualificação dos trabalhadores é necessária para atender às novas demandas do mundo do trabalho; outro é o de que essa gestão paritária seria um elemento capaz de garantir o desenvolvimento de uma nova institucionalidade para a qualificação dos trabalhadores. Mesmo convergindo nesses consensos, permanecem as divergências políticas e ideológicas (FIDALGO 1999).

Percebem porém que a qualificação não é suficiente para garantir emprego aos egressos dos cursos.

"...o que irá garantir a manutenção do emprego é política de geração de postos de trabalho, porque só a formação profissional não vai garantir, porque senão nós não

---

<sup>37</sup> FIDALGO, F. *Op. cit.*, p. 148

